

## **Aprendendo a ser “homem”: uma análise sobre o processo de produção/reprodução da referência heteronormativa de masculinidade**

*Learning to be "man": an analysis of the production / reproduction process of the heteronormative reference of masculinity*

Arthur Furtado BOGÉA<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo objetiva fazer uma análise de como os discursos produzem, reproduzem e legitimam a referência heteronormativa de masculinidade. Compreende-se o gênero como construção social discursiva, produzido no processo histórico-político de constituição da sociedade e constrói as suas identidades a partir de um caráter binário. Foram realizadas análises do conteúdo de entrevistas e estudos bibliográficos sobre como ocorre à mediação da referência normativa de masculinidade na sociedade. Conclui-se que as identidades de gênero são (re)produzidas discursivamente dentro de contextos específicos e que a referência heteronormativa de masculinidade se (re)produz a partir de um processo de naturalização dos significados de gênero.

**Palavras-chave:** Masculinidade. Heteronormatividade. Gênero. Discurso. Identidade.

### **Abstract**

This article aims at analyzing how discourses produce, reproduce and legitimize the heteronormative reference of masculinity. Gender is understood as a discursive social construction, produced in the historical-political process of the constitution of society and builds its identities from a binary character. Analyzes of the content of interviews and bibliographical studies were performed on how to mediate the normative reference of masculinity in society. We conclude that gender identities are (re) produced discursively within specific contexts and that the heteronormative reference of masculinity is (re) produced from a process of naturalization of gender meanings.

**Keywords:** Masculinity. Heteronormativity. Genre. Speech. Identity.

---

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: arthurboga@gmail.com

## Introdução

A proposta de se fazer um estudo sobre questões relacionadas aos gêneros é, sobre tudo, importante para que se entenda que as relações que envolvem dispositivos discursivos de poder em espaços sociais múltiplos e dinâmicos estão, ora naturalizando, ora politizando tais discursos. Nesse sentido, defende-se a premissa de que para se desenvolver uma sociedade mais equitativa é necessário se perpassar pelas discussões de gênero e como estas podem ser percebidas como *constructos* históricos e políticos que servem de base para a hierarquização de posições de sujeitos dentro da sociedade na qual se sobrepõe o discurso heteronormativo.

O gênero é visto aqui como aquilo que os discursos especializados construíram sobre ele ao longo do processo histórico-político de configuração das relações sociais. Sendo assim, o gênero e suas identidades são construções discursivas que materializam nos corpos as configurações normativas configuradas para os sujeitos de gênero, como afirma louro (2007), as identidades de gênero são construções sociais feitas a partir desses discursos que estão normatizando, uma vez que a própria sociedade impõe, consciente e inconscientemente, regras, valores, normas e leis de condutas que se constituem como o padrão de normalidade aceito pela mesma. Portanto, como os discursos produzem e reproduzem uma referência heteronormativa de masculinidade?

Sendo assim, realizou-se uma análise, a partir de entrevistas e com estudo bibliográfico, sobre como se produzem e reproduzem, mediante diversos discursos, as configurações de uma referência heteronormativa de masculinidade. Para tal foi necessário se analisar a referência normativa de masculinidade e sua ação nas relações sociais; examinar os discursos e identificar alguns elementos de como eles produzem, reproduzem e naturalizam uma norma para o gênero; entender como alguns elementos do gênero servem de atributos para a divisão de papéis sociais; à vista das experiências de vida dos sujeitos entrevistados, examinar algumas maneiras pelas quais é atribuída aos sujeitos à masculinidade normatizada.

O artigo foi construído a partir da leitura e discussão bibliográfica de textos como, *A ordem do Discurso*, de Michel Foucault, *Problemas de gênero, Feminismo e subversão da identidade*, de Judith Butler, *Gênero, sexualidade e educação: Uma*

*perspectiva pós-estruturalista*, de Guacira Lopes Louro, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, de Joan Scott, entre outros. Foi feito, também, observação sistemática em espaços públicos, como a Universidade Federal do Maranhão, Centro Histórico de São Luis - MA, Unidade Escolar Vila Embratel, assim como em encontros com amigos, festas, etc., visando perceber como os sujeitos que se dizem “masculinos” se comportam e como é a relação deles com os outros sujeitos sociais.

A realização de entrevistas com os sujeitos participantes se deu em espaços escolhidos pelos próprios entrevistados, pois busquei deixá-los à vontade para assim conseguir o máximo de informações possíveis. Foram realizadas vinte entrevistas com sujeitos entre 18 a 25 anos. A escolha dos entrevistados se deu entre conhecidos, com o intuito de facilitar a confiança para que falassem sobre suas experiências e como foi à vivência no processo para internalizarem atributos “masculinos” e como essas experiências se atualizam no seu cotidiano. Para manter o sigilo e respeitar as normas éticas, os nomes próprios dos entrevistados citados são fictícios.

Dos vinte participantes da pesquisa, apenas dois não eram estudantes de graduação, porém já possuíam Ensino Médio concluído. Busquei estudantes de cursos das grandes áreas do conhecimento, assim entrevistei estudantes de cursos de humanas, sociais, exatas, biológicas e saúde, assim como entre os entrevistados estavam estudantes das Universidades Públicas e Privadas de São Luis-MA.

As questões levantadas nas entrevistas seguiam um roteiro previamente organizado, no entanto no decorrer das entrevistas outras questões surgiam, mas sempre procurei deixar os entrevistados bem à vontade nas suas falas, pois não queria cair no erro de direcionar as narrativas dos entrevistados para as minhas pré-noções. As entrevistas foram marcadas em locais com maior facilidade de acesso para os entrevistados, algumas aconteceram na Universidade Federal do Maranhão, outras em shoppings e outras na Praia Grande - Reviver.

As entrevistas foram muito importantes para a elaboração deste trabalho, uma vez que nelas, através das experiências dos sujeitos, consegui visualizar na prática o processo de reprodução da referência normativa da masculinidade. Perceber através das falas como esse processo acontece e se impõe aos sujeitos, a partir da sociedade, e como os sujeitos não se percebem sendo ensinados a internalizar e se adequarem à norma é de uma riqueza excepcional.

Desse modo, busca-se trazer algumas contribuições para o campo dos estudos das relações sociais de gênero, pois abre-se espaço para reflexões e discussões a respeito de uma possível relação igualitária entre sujeitos de gênero, uma vez que se tenta mostrar que o que se tem como naturalizado sobre as questões de gênero são na verdade construções discursivas.

## **(Des)construção das identidades de gênero masculinas**

As experiências de vida dos sujeitos nas relações sociais são fundamentais para se entender como se processam a produção e reprodução das identidades de gênero considerando-se a constituição normativa desses sujeitos. Nesse sentido, o poder exercido pela norma na constituição binária da sociedade constrói o sujeito, bem como o “outro”, aquele que é considerado o “oposto”, o “anormal”, pois a existência do sujeito normalizado depende da existência “daquilo que ele não pode ser”.

Desse modo, o fato de se poder pensar as identidades de gênero como não fixas é o ponto de partida para se questionar a naturalidade destas, constituídas a partir da heteronormatividade. Essa instabilidade presente no caráter normativo naturalizado das identidades de gênero revela a artificialidade das verdades discursivamente produzidas a respeito do gênero. Por conseguinte, o desmascaramento desses discursos explicita a possibilidade de desnaturalização das estruturas normativas.

**A gente já nasce em uma sociedade que já te define.** Estabelece as coisas que são de homem e de mulher, isso é o grande responsável por essa formação, **mas no meu caso, é pelo gosto mesmo,** é a maneira que eu me sinto a vontade. Claro que se tivesse vontade ou não me identificasse com meu gênero, dificilmente adotaria um a expressão diferente. (Fragmento de entrevista realizada com Diego Ferraz, de 21 anos, estudante de Arquitetura e Urbanismo).

Observa-se na fala do entrevistado Diego Ferraz um reconhecimento do papel social na formação da identidade de gênero quando diz “**agente já nasce em uma sociedade que já te define**”, porém ao mesmo tempo admite a existência de um caráter natural da sua identidade quando diz “**mas no meu caso, é pelo gosto mesmo**”, como se as relações sociais, os discursos normativos, as sanções materiais e simbólicas, só

recaíssem sobre os “outros”, como se a formação de sua identidade de gênero emanasse de uma “essência” natural.

No entanto, as identidades correspondem a arranjos complexos de estruturas normativas abrangentes. Essas estruturas precisam ser desconstruídas em sua aparente universalidade, pois criam certa impossibilidade de acesso ao corpo em sua materialidade, de modo que, o que se consegue acessar em relação ao corpo é uma rede de significados produzidos a partir de discursos que constroem corpos de acordo com certos regimes de verdade. O gênero pode ser considerado a matriz dessa estrutura, pois é a “contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos, no interior de um quadro regulatório altamente rígido, que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser” (BUTLER, 2013, p.31).

Desse modo, no processo de formação da masculinidade, o sujeito é levado a se enquadrar as regulações normativas da heteronormatividade. Esse processo pode ocorrer de forma silenciosa e violenta, pois os sujeitos são levados a se sentir “anormais” e “condenados”, uma vez que, espera-se que as identidades de gênero estejam em consonância com o sexo biológico. No entanto, as identidades não são estruturas fixas, encerradas em si mesmas, mas estão em constante renovação e podem se moldar de acordo com o contexto. O que se tem é uma imposição de padrões de identidade no processo de socialização dos sujeitos, o que exclui a possibilidade de significações singulares a partir da modelagem de comportamentos tidos como pertencentes a todos os sujeitos como naturais (SILVA, 1999).

A norma impõe que o sujeito saiba qual o seu papel social e mantenha-se fiel às regas desse papel. Louro (1997) diz que esses papéis sociais são padrões ou regras arbitrárias que a sociedade estabelece e que vão configurar os comportamentos dos sujeitos, desde o tipo de roupa que vestem, o jeito de andar, sentar, sorrir, por quem devem sentir desejos, com quem devem ter práticas sexuais, etc.

Nesse caso, o homem para ser considerado masculino deve-se adequar à norma social configurada para os gêneros, assim deve comportar-se como o modelo histórico e social definido para ele e direcionar a sua sexualidade para o sexo tido como oposto ao seu. Contudo, não se pode falar em identidade sexual automática, autêntica, facilmente assumida e que exista sem negociação ou construção, pois toda a identidade sexual é um

construto estável, mutável e volátil. Sendo assim, a identidade heterossexual não está lá fora pronta e a acabada esperando para ser assumida, do mesmo jeito a identidade homossexual (LOURO, 1997).

Desse modo, a margem de escolha para as identidades de gênero e para a orientação sexual ou a possibilidade de se transitar em mais de uma dessas identidades é extremamente limitada pela matriz normativa, pois ela limita os gêneros em dois, masculino e feminino, além de determinar quem pode pertencer a um ou ao outro. Como mostra Louro (2004), a partir do momento que os discursos especializados determinam que a criança “é um menino ou uma menina”, se inicia um processo de masculinização ou feminilização, processo no qual o sujeito deve assumir o comprometimento de realizá-lo.

É nessa perspectiva que Foucault (1996) mostra que o discurso especializado não é um elemento transparente ou neutro, que serve como pacificador das políticas, mas ao contrário, o discurso é o lugar onde os poderes são exercidos de modo privilegiado, sendo assim os sujeitos seguem aquilo que determinam como configurações para a vivência da identidade de gênero masculina.

As referências normativas perpassam todos os espaços e buscam se manterem hegemônicas ao tentarem controlar aquilo que é tido como transgressão da ordem. A respeito disso, Butler (2003) salienta que os sistemas políticos normativos criam as “transgressões” para depois instituir os mecanismos para controlá-las e colocá-las em seus quadros regulatórios. Essa regulamentação coloca os sujeitos na estrutura de poder da norma e sem que estes percebam são formados, regulados e reproduzidos de acordo com as exigências normativas. A referência normativa a ser seguida é ensinada sem que os sujeitos participem da escolha daquilo que será ensinado, logo não possuem espaço para escolha, principalmente durante a infância.

Se eu não fizesse o que meus pais queriam eu ia ficar de castigo. Uma vez eu estava brincando de futebol com um amigo e nós ficamos. Meu pai descobriu e me bateu e me colocou pra ficar vendo vídeo de mulheres na televisão. Falava que homem tem que gostar é de mulher. Ele não falou nada, já veio me batendo. E falava que eu estava apanhando por que homem fica é com mulher e não com homem. Eu só tinha sete anos e nem sabia direito o que tinha feito. (Fragmento de entrevista realizada com Gustavo Silva, de 18 anos, estudante de Arquitetura).

Percebe-se aqui que a construção da identidade de gênero se dará pelas regras contidas na matriz normativa do gênero. Portanto, “não existe identidade de gênero por trás das expressões de gênero, a identidade de gênero é performativamente construída pelas próprias expressões que supostamente são seus resultados” (BUTLER, 2003, pag. 25). As identidades de gênero são os resultados daquilo que está discursivamente estabelecido a respeito delas nas relações sociais.

As falas dos entrevistados mostram que os discursos correntes no cotidiano constroem as expressões de vivência do gênero de forma naturalizada e generalizada para as práticas sociais, no entanto essas práticas ocorrem de forma performativa, pois os sujeitos não são fixos, estão sempre em processo de construção. A prova disso é que sempre estão sendo vigiados e regulados pelas relações do poder normativo. Assim, não existe sujeito masculino sem que antes a norma o nomeie assim.

Butler (2014) mostra que a norma construída para o gênero, não só determina quem está dentro dela como àqueles considerados fora dela, pois o sujeito considerado “não totalmente masculino” ou “não totalmente feminino” será medido a partir daquilo que se constituiu como “totalmente masculino” ou “totalmente feminino” e estará sujeito as regulações da norma.

Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são, tanto parte do gênero, quanto seu exemplo mais normativo (BUTLER, 2003, p. 253).

O que se tem são discursos que buscam impor uma “verdade” a respeito do gênero como homogênea e universal. Foucault (1996) revela que as “verdades” são construídas em uma exterioridade e com isso os sujeitos se encontram obedecendo as regras de uma estrutura política discursiva que deve ser reativada em seus próprios discursos. Por essa razão, os sujeitos se referem a sua identidade de gênero como se ela esteve sempre com eles, como se fossem parte de sua estrutura orgânica e com isso tendem a reproduzir esses mesmos discursos reguladores.

Neste seguimento, revela-se que através da matriz normativa naturalizada é feito um trabalho contínuo das instituições com o intuito de inscrever nos corpos dos sujeitos as normas dessa referência do gênero. No entanto, esse processo sempre tem a aparência de ser incompleto, pois a inconstância daquilo que é socialmente construído se mostra presente nas práticas e discursos a respeito do gênero.

Quando a gente é criança assiste muito desenho, nos intervalos tinha as propagandas dos brinquedos, ai tinha brinquedos de meninas e os brinquedos de meninos, cor de menina e cor de menino, tudo bem definido. Eu sofri essa imposição por todos os lados, tanto na escola com os professores e principalmente em casa com a mãe preocupada com o comportamento do filho. Meu pai, por exemplo, não foi muito próximo, apesar dele ser muito machista por ser do interior, a cabeça dele é muito fechada, então pra ele tinha o lugar do homem, assim quando eu ia para casa dele e do outro lado da rua morar minha irmã e a ex esposa dele, eu não podia ficar muito tempo lá conversando com elas, pois lá era lugar de mulher. (Fragmento de entrevista realizada com Malaquias Coelho, de 21 anos, estudante de Engenharia Elétrica).

Tomando a resposta do entrevistado como referência, pode se dizer que os o gênero faz existir aquilo que ele nomeia e a partir dessa nomeação os sujeitos são classificados, são atribuídos os papéis e as marcas que esse sujeito deverá carregar e manter-se fiel por toda vida (BUTLER, 2003). A masculinidade como identidade de gênero tem sua existência limitada a essa nomeação, àquilo que foi determinado pelos discursos a respeito do que é ser masculino, como definir um sujeito como masculino e que características correspondem a essa identidade, além do tipo de comportamento que os sujeitos devem ter para se definirem como masculinos.

Sendo assim, são os discursos normativos que constroem as identidades de gênero e, conseqüentemente, a masculinidade é produto desses discursos. A questão é que essa construção discursiva configurou as identidades em uma visão naturalizada, o que é reproduzido na significação dos sujeitos para sua própria identidade. A partir dessa visão conflitos internos se manifestam em alguns sujeitos que por não conseguirem se adequar àquilo que a norma determinou como “normal/natural” se sentem como “anormais”.



## Identities in movement

As identidades consideradas “anormais” são criadas e reproduzidas pela própria norma que as condena, assim o que temos é um sistema discursivo que cria as identidades de gênero de forma arbitrária tendo como base unicamente o genital e que pressupõe e determina a sexualidade do sujeito antes que este possa manifestar seu próprio desejo e vontades. Desse modo, todos os sujeitos, em maior ou menor grau, que fogem a essa normalização são vistos como “anormais”, assim um sujeito é visto pela norma como menos homem e menos “normal” quanto menos características representativas de “masculinidade” apresentar socialmente.

No entanto, as identidades são impostas de forma dissimulada pelos discursos e reproduzidas nas várias instâncias das relações sociais. É na infância que os sujeitos mais sofrem pressão no sentido de assumirem as características atribuídas à identidade masculina. As marcas que determinarão o “homem de verdade” são impostas aos “novos homens” através de testes nos quais o sujeito deverá provar que pode fazer parte daquilo que os discursos construíram como o universo da masculinidade.

Foucault (1996) aponta que o discurso está para além daquilo que ele manifesta ou oculta. O discurso não é simplesmente o desejo que manifesta, na verdade ele busca apoderar-se dos sistemas de dominação que tenta traduzir.

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar. (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Nesse sentido, aquilo que os discursos normativos imperam como características para os modos de vida das identidades estão além do que é visivelmente dito. Isso pode ser visto na constante tentativa que as instituições fazem de enquadrarem as crianças nos moldes da norma, sem permitir que elas descubram a qual identidade e que tipo de comportamento querem ter. Assim, os discursos simulam uma liberdade para a vivência das identidades, no entanto não deixam espaços para que essas liberdades sejam exercidas.

O cara ser masculino é algo que é muito cobrado pela sociedade, não sei nem se é uma cobrança, mas acho que sempre foi assim e ninguém faz diferente e quando faz não é aceito, no caso dos caras afeminados, por exemplo, a gente percebe que a sociedade não aceita e eu acho que pra esses caras conseguirem trabalho é mais difícil e os locais que eles trabalham são meio que já determinados pra essas pessoas, como... você não vai ver um cara afeminado trabalhando na construção cível. (Fragmento de entrevista realizada com André Cunha, de 24 anos, estudante do Curso de Administração).

Hoje eu me permito mais ter experiências, mas sinto a pressão o tempo todo para “andar na linha”. Eu vejo que a sociedade pressiona muito, principalmente as questões que envolvem a família e como você deve se relacionar afetivamente e tudo isso é imposto de alguma forma. Essa pressão da sociedade sobre o indivíduo no que se refere a sua identificação gera uma série de expectativas para o sujeito e isso tudo é cobrado na criação, nas brincadeiras, no cotidiano. (Fragmento de entrevista realizada com Augusto Rodrigues de 23 anos, estudante de Direito).

Podemos ver a partir dessas narrativas dos entrevistados, que constantemente os sujeitos são provocados a mudar certas atitudes tidas como fora do universo da masculinidade, uma vez que as relações sociais, através dos discursos normativos, impõem aos sujeitos um afastamento radical de tudo que possa pertencer ao universo daquilo que é tido como pertencente ao feminino, pois se convencionou um quadro regulatório para os comportamentos, daí a necessidade imposta pela norma de serem vigiados, questionados e direcionados para se manterem firmes e fieis a referência heteronormativa do gênero.

Neste caso, o papel das instituições sociais se torna fundamental para a busca de uma “masculinidade ideal” e por essa razão estão sempre vigilantes e punitivas. Desta forma, quando os entrevistados apontam que existe uma cobrança da sociedade para que eles tenham os comportamentos tidos como naturalmente pertencentes ao “masculino”, estão revelando essa luta dos discursos normativos para manterem a heteronormatividade como referência hegemônica para a vivência do gênero, no entanto pelo caráter múltiplo, diverso e não fixo do gênero, esse processo torna-se constante, por isso os sujeitos são cobrados desde a infância e quando adultos os olhares reguladores e repressores continuam presentes em suas relações sociais.

Difícilmente algum sujeito conseguirá adaptar-se a todas as configurações consideradas naturalmente inerentes ao gênero que lhe é designado. A respeito disso, Butler (2003) destaca que o gênero é uma construção social complexa que se reproduz através de imposições socioculturais sobre os corpos. Todavia, a flexibilidade do gênero

permite compreender que os próprios sujeitos, enquanto seres sociais possuem uma grande complexidade que está além das configurações normativas que atuam sobre ele.

A matriz normativa exerce sobre os sujeitos uma espécie de pressão através das instituições sociais para que eles se enquadrem. É a família a instituição que primeiro o sujeito tem contato e que se torna a base de reprodução da referência normativa.

Minha mãe durante algum tempo ainda pegou no meu pé, pois eu corria muito espalhafatoso. Ela falava “homem não corre assim”. Minha voz era meio fina, ai ficavam falando “menino tu tem a voz muito fina, engrossa essa voz que homem tem voz grossa”. Depois que eu vi que minha mãe nunca foi de dar pressão por causa dessas coisas, tipo falar “te veste como homem, fala como macho, quero ver uma namorada tua”. Só fui sentir essas coisas depois que passei ter contato com a família do meu pai e vi que eles são muito machistas. (Fragmento de entrevista realizada com Mario Brito, 19 anos, estudante de Enfermagem).

Através dessa fala, percebe-se que, em alguns casos, ocorre certa aceitação e acolhimento por parte da família quando o sujeito assume uma identidade fora daquela tida como “naturalmente” pertencente a ele. A família em um primeiro momento tenta enquadrar o sujeito à norma. No entanto, em alguns contextos, se torna um lugar de aceitação a escolha dele a respeito de sua identidade de gênero. Contudo, esse sujeito não deixa de ser cobrado pela família e por outras instituições para se manter-se fiel, ao menos em parte da norma e isso se dará através das marcas que tentam regulá-lo a todo o momento.

Por conseguinte, os sujeitos deverão provar a sua virilidade como forma de “honrar” o órgão genital que carregam e isso desde muito cedo. São os discursos especializados os responsáveis pela inscrição nos corpos de uma determinada identidade de gênero, a qual o sujeito não possui o direito de escolha, pois quando os corpos são nomeados em “é menino” ou “é menina” se legitima a norma e se fixa nos corpos toda a constituição de um determinado gênero que será designado como do sujeito.

Louro (2004) mostra que as práticas discursivas fazem com que aspectos dos corpos sejam definidores de gênero, assim quando os sujeitos entrevistados falam das cobranças em seus comportamentos estão expressando a sua não adequação a essa norma e apontando a necessidade de se adequar, porém essa inadequação é percebida por “outros”, pelos que estão “de fora” e não pelo próprio sujeito. São esses “outros” os responsáveis por guiarem esse sujeito à norma.

Foucault (1988) fala que não se pode pensar o discurso como separado entre aqueles admitidos ou não admitidos, discursos dominantes e dominados, mas o discurso deve ser pensado como uma multiplicidade de elementos usados em estratégias diferentes. Nessa perspectiva o processo de produção e reprodução de uma referência de identidade de gênero ocorre de acordo com o tempo e espaço onde acontece, sendo assim cada instituição usará as estratégias do seu discurso para garantir a legitimidade dessa referência de identidade de gênero como a “normal”.

A sociedade trata aqueles que não têm esse comportamento masculino excluindo eles, pois a partir do momento que a pessoa, seja homem, mulher ou homoafetivo, não se enquadra nos padrões da sociedade, a sociedade passa a rejeitá-los e reprimi-los de diversas formas, passando a isolá-los do meio, das pessoas, passa a tratá-los com indiferença. Acho que a partir do momento que a pessoa não se enquadra a sociedade passa a rejeitá-lo. (Fragmento de entrevista realizada com Marlon Almeida, de 20 anos, estudante de Odontologia).

A partir dessa fala, podemos entender que os corpos estão delimitados pela norma e aqueles que são considerados como fora dessa norma precisam ser encaixados na lógica normativa. Louro (2004) mostra que por mais que os corpos dos sujeitos passem por transformações ao longo da vida, a matriz normativa espera que essas transformações se deem em uma direção única e tida como legítima.

Essa sequência será, contudo, imperativa? Natural? Incontestável? Que garantias há de que ela ocorra independente de acidentes, acaso? Não há qualquer garantia. A sequência não é natural nem segura, muito menos indiscutível. A ordem pode ser negada, desviada. A sequência desliza e escapa. Ela é desafiada e subvertida. Para suportá-la ou assegurar seu funcionamento são necessários investimentos continuados e repetidos; não se poupam esforços para defendê-la. (LOURO 2004, p. 81).

Assim, todas as mudanças que ocorrem na vida de um sujeito devem ser direcionadas no sentido de manter a legitimidade da referência heteronormativa para a masculinidade. Os sujeitos naturalizaram a referência normativa e mesmo não cumprindo todas as regras dessa referência, tentam se adequarem e mudam seu comportamento como se essas mudanças fossem de sua própria escolha.

Entretanto, não se pode pensar em uma masculinidade acabada, sendo assim a busca dos sujeitos por algo próximo a ela será constante. Foucault (1996, p.57) revela

que os acontecimentos discursivos não são “nem substancia, nem acidente, nem qualidade, nem processo” e nem podem ser caracterizados unicamente nos corpos, no entanto esses acontecimentos discursivos, não são simplesmente “imateriais”, a sua existência está no âmbito das relações sociais materializadas.

A minha família, por exemplo, me colocou no caratê, no futebol, sendo que eu nunca gostei de futebol, mas tinha que fazer por que era coisa de meninos. Quando eu era menor, eu tinha cabelo grande e liso e os meninos da minha rua ficavam me provocando, me chamando de gay, viadinho, mulherzinha e minha mãe não gostava disso e mandou cortar meu cabelo só por isso. (Fragmento de entrevista realizada com Malaquias Coelho, de 21 anos, estudante de Engenharia Elétrica).

Eu não tenho problema nenhum quanto ao comportamento de ninguém, mas acho exagerado quando os caras começam a falar coisas como “ai amiga” com aquele jeitinho de mulher. Eu acho exagero porque isso é coisa de mulher. (Fragmento de entrevista realizada com Lucas de Jesus, de 21 anos, estudante de Licenciatura Plena em Matemática).

O que se pode perceber com isso é que os diversos discursos especializados inscrevem no imaginário dos sujeitos a necessidade de estarem dentro da norma e com isso esses sujeitos não percebem o processo constante pelo qual passam para não se desviarem da referência normativa e mesmo que percebam que estão inseridos em um quadro regulador da forma como vivem sua identidade de gênero, esses sujeitos se sentem pressionados a se enquadrarem, pois os mecanismos de regulação/normalização aplicam sobre eles as sanções sociais, como por exemplo, não conseguir emprego, sofrer *bullying*, muitas vezes são expulsos de casa, sofrem preconceito, discriminação, violência física e simbólica, etc. Dessa forma, a existência de mudanças nos comportamentos se dá, na maioria das vezes, para que os sujeitos se mantenham aceitos pela sociedade e não serem considerados desviantes das referências normativas de gênero.

Isso fica claro quando os pesquisados expressam que os sujeitos considerados “não masculinos” sofrem violências físicas e simbólicas. Por conseguinte, os sujeitos passam ou tentam ter um comportamento tido como pertencente ao mundo da masculinidade para não sofrerem preconceitos e violência. Entretanto, esses sujeitos não incorporam essas normas de maneira tão passiva, existem questionamentos a respeito dos motivos pelos quais eles devem se comportar de determinada forma, porém a norma

está presente em todas as instâncias da sociedade que silenciosamente encobrem esses questionamentos. A respeito disso Foucault (1996) fala que:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascente diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, em fim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 1996, p. 49).

Pode se perceber que as mudanças nos comportamentos exigidos aos sujeitos são resultados de uma visão de normalidade daquilo que foi construído como pertencente à estrutura natural desse sujeitos. Nessa perspectiva, Butler (2003) argumenta que as identidades de gênero estão longe de serem uma escolha individual, mas sim precedem e constituem os sujeitos. Assim, os sujeitos vivenciam essas mudanças no decorrer da vida, pois elas fazem parte daquilo que se tem como pertencente ao gênero a partir da heteronormatividade.

Butler (2003) mostra que as identidades de gênero não acontecem de uma vez por todas em uma forma pronta e acabada quando o sujeito nasce, mas é uma sequência de atos que são repetidos que vão se enrijecer ao ponto de adquirirem a aparência de algo que esteve o tempo todo ali.

A questão é a forma “dissimulada” com que os discursos impõem à norma, de modo que os sujeitos se adéquem a ela sem se quer perceber que a referência de comportamento que estão adotando é uma construção imposta a eles. Assim, o que é tido como referência para as experiências das identidades de gênero é resultado de uma matriz discursiva que privilegia a instância anátomo-biológica e não uma produção discursiva em uma matriz social.

Os diversos discursos especializados no campo da medicina, da psiquiatria, da psicopedagogia, foram os responsáveis, ao longo da história, pela construção de uma matriz heteronormativa do gênero. Essa matriz normativa é constituída discursivamente, na forma como destaca Scott (1990), não só no parentesco, mas igualmente na economia, na política, na religião, nos símbolos, nas subjetividades, na mídia, na internet, etc., produzindo referências de identidades de gênero e reproduzindo essas identidades a partir das instituições.

Portanto, a reprodução da referência normativa acontece nas instituições sociais e acompanha toda a vida dos sujeitos. Essa norma regula os gêneros e não deixa margem de liberdade para a escolha dos modos de vivência das identidades. Assim, não se pode propor que sejam estabelecidos novos gêneros ou novos modos de vivenciá-los para aqueles sujeitos tidos como estando fora da “normalidade”, pois com isso se cria novas referências normativas e se coloca esses sujeitos em novos quadros regulatórios. A questão é desconstruir estruturas discursivas aparentemente naturais a respeito do gênero e com isso permitir que os sujeitos se sintam livres para escolher como viver o seu gênero.

## **Considerações finais**

Para que o processo de desconstrução das estruturas naturalizadas das expressões de gênero se concretize, ainda temos um longo percurso, pois as configurações sociais foram constituídas tendo como referência essa norma. No entanto, a própria dinâmica social permitiu que se questionasse essa naturalidade imposta pela norma e só o fato de se criar qualquer tipo de questionamento em relação ao que está estabelecido como “normal/natural” já descaracteriza a própria naturalidade da norma e revela o caráter social/cultural da construção das expressões de gênero.

Nesse sentido, pode se afirmar que são os discursos que constroem os gêneros, no entanto não é qualquer discurso o responsável por essa construção, são apenas aqueles que possuem o poder legitimado pelas instituições sociais e seus agentes. Assim, no contexto das relações sociais, a heteronormatividade legitimada por esses discursos, passou a determinar que todos os sujeitos estariam predestinados naturalmente a serem heterossexuais e com isso tornou-se a norma que constitui as configurações para o processo de internalização das identidades de gênero.

A determinação de “normalidade” e “anormalidade” pela constituição discursiva, fixa as fronteiras entre “aquilo que pode ser” e “aquilo que não pode ser”. Nesse sentido, a norma impõe aos sujeitos que tipo de roupas ele deverá vestir, as cores que irão representá-lo, o jeito de andar que deverá ter, as responsabilidades que deverá assumir, etc. Nesse sentido, os sujeitos vão recebendo, de acordo com a idade que

possuem, essas configurações que determinaram a sua fidelidade àquilo que a norma constituiu como “normal”.

Percebeu-se assim, que as relações sociais estão produzindo e reproduzindo a todo o momento configurações regulatórias para controlarem a vivência dos gêneros, mas os gêneros e suas possíveis identidades são múltiplas, diversas, não fixas e em constantes mudanças, o que torna seu controle e regulação uma tarefa quase impossível a ser realizada pela norma de forma completa. O que ela tenta fazer é chegar o mais próximo possível de uma estrutura normativa “ideal”, assim, as vigilâncias às experiências das identidades de gênero se tornam algo constante.

Nesse cenário, a masculinidade como identidade de gênero normalizada é produto dessas formas de regulação que os sujeitos sofrem desde a infância e por isso tem como característica a ideia do “homem viril”, macho, forte, que se veste de determinada maneira, sabe resolver problemas e é o provedor dos seus. Essa referência da masculinidade é reproduzida nas relações sociais e é exigida para o sujeito que nascem possuindo um pênis, pois para a visão normativa essas características são inerentes a esse órgão genital.

É como se o órgão pênis trouxesse a inteligibilidade do gênero e assim todos os sujeitos que nascessem possuindo esse órgão se tornariam homens, masculinos e sentiriam desejos pelo sexo tido como seu oposto. No entanto, o órgão pênis não carrega em si nenhuma marca ou essência natural/orgânica que sirva como mecanismo para caracterizar as identidades de gênero dos sujeitos. Todas as marcas de gênero que esse órgão carrega foram constituídas pelos diversos discursos em relações de poder.

Logo, ser masculino é seguir a heteronormatividade em todos os seus aspectos ou, ao menos, tentar chegar o mais perto possível de todos esses aspectos. Dado o exposto, essa busca de enquadramento à norma acontece no momento em que o sujeito se vê excluído das práticas sociais; quando os olhares punitivos recaem sobre ele e as sanções físicas e simbólicas se materializam nas suas relações. Assim, entendo que esses sujeitos buscam a masculinidade para serem aceitos na sociedade e não serem vistos por ela como “anormais”. Percebe-se que por essa razão os desejos e práticas são reprimidos, pois, a sociedade, constituída a partir de uma visão heteronormativa da masculinidade, mantém seu olhar vigilante e repressor.



Assim, não existe liberdade aos sujeitos para as experiências do gênero. Daí essa busca constante às configurações da masculinidade normalizada e a vivência performativa do gênero, pois os sujeitos fazem uma repetição de atos constituídos em discursos naturalizadores de configurações para as identidades de gênero.

Sendo assim, lavando-se em consideração os aspectos apresentados no trabalho, concluímos que o processo de produção/reprodução da referência heteronormativa da masculinidade se dá nas relações sociais através das instituições pelos seus diversos discursos que imperam aos sujeitos aspectos de como deverá ser o modo de vivência de suas identidades de gênero. As experiências das identidades de gênero só serão mais livres quando se deixa de colocá-las em quadros regulatórios que limitem os sujeitos a apenas aspectos da identidade atribuída a ele, nos quais inexistente a possibilidade de trânsito entre as identidades.

Em virtude disso, entendo que a masculinidade só poderá ser vivida livremente e deixar de ser um “espectro” que ronda a vida dos sujeitos, no momento em que se romperem as barreiras edificadas pelos discursos normalizadores do gênero, pois até que isso aconteça a masculinidade continuará sendo internalizada nos sujeitos aos moldes da heteronormatividade, o que continuará colocando de lado a possibilidade de modos de vivência da masculinidade que estão além das marcas orgânicas que cada corpo traz em sua constituição.

## Referências

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu** (42), janeiro-junho de 2014:249-274.

BUTLER, Judith. A filósofa que rejeita classificações (entrevista). *In*: Revista Cult, São Paulo, n.185, dezembro 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: vontade de saber**. Tradução Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. GuilhonAlbuquerque. Edição Graal. Rio de Janeiro, 1988.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petropolis, RJ: Vozes 1997.

LOURO, G. L. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidades:** pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008

LOURO, G. L. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Sergio Gomes da. O Conflito Identitário: Sexo e Gênero na Constituição das Identidades. *In: Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, vol. 10, nº 01, janeiro/junho. São Paulo: Iglu Editora, 1999, pp. 70-85.